



Laurence Hallewell

O LIVRO NO BRASIL

— sua história —

3ª edição

[...] dou graças a Deus por não termos nem escolas livres nem imprensa, e espero que não as tenhamos por trezentos anos ainda. Porque aprender trouxe ao mundo a desobediência e a heresia e seitas e a imprensa as divulgou, bem como calúnias contra o Governo.

Sir WILLIAM BERKELEY,
governador de Virgínia, em 1671¹

A INTRODUÇÃO DA CENSURA

§ 1

No final da Idade Média, as cidades da cristandade ainda eram pouco mais que refúgios isolados de indústria caseira num deserto rural de autossuficiência feudal, separadas umas das outras por uma multiplicidade de insignificantes reinos permanentemente em guerra. Viajar entre elas, por terra, mesmo em tempo de paz, significava um arrastado e deselegante passo de uma besta de carga ao longo de caminhos infestados de ladrões e apenas transitáveis durante seis, ou talvez nove meses do ano, representando tanto esforço que, em inglês, a palavra *travail* (“trabalho penoso”) acabou por determinar a formação de *travel* (“viagem”). Em tais circunstâncias, a rapidez com que se adotou e expandiu a impressão a partir de tipos móveis constitui um notável tributo à importância da nova invenção.

O testemunho datado mais remoto da impressão tipográfica na Europa é uma indulgência de Mogúncia (atual

1. Citado por Warren Chappel, *A Short History of the Printed Word*, Nova York, New York Times, 1971, e por John Trebel, *A History of Book Publishing in the United States*, Nova York, Bowker, vol. 1, 1972.

Mainz) de 1454. Na década seguinte, essa arte viajou Reno abaixo até Colônia e acima até Estrasburgo, e chegou a cruzar os Alpes e os Apeninos até Subiaco, nos arredores de Roma. Passados cinco anos, ela já se havia implantado na própria Roma e em Basileia, Pilsen, Augsburg e Veneza. Daí em diante, a marcha se acelerou: em 1474, havia prelos em Utrecht, Bruges, Aalst (perto de Bruxelas), Louvain, Paris, Lyon, Zaragoza, Valência, Bolonha, Florença, Milão, Nápoles, Buda (a Budapeste atual) e até mesmo em Cracóvia. Cinco anos mais tarde, apenas os pontos mais longínquos da porção principal da Europa – Dinamarca, Suécia, Turquia, Montenegro e Portugal – ainda não tinham sido alcançados, mas no final do século mesmo estes países já estariam imprimindo livros.

O caso de Portugal é pouco comum, na medida em que os seus primeiros tipógrafos eram, em sua maioria, judeus² e produziam obras para o mercado hebraico em Portugal e no exterior. O seu ofício foi exercido primeiramente em Faro, no Algarve, onde, em 30 de junho de 1487, foi publicado um Pentateuco hebraico por Samuel Porteira e seu filho Davi. Dois anos depois, em 16 de julho de 1489, Eliezer ben Jacob de Toledo levou o invento a Lisboa: ele e seus artesãos José Chalfon e Judah Leon Gedaliah produziram uma edição do *Hidduschei ha-Torah*, de Moses ben Nahman – um comentário do Pentateuco. Até que, em 1492, surgiu o primeiro livro feito na oficina de Samuel D’Ortas e seus três filhos, em Leiria, 120 quilômetros a noroeste de Lisboa; em 1496, imprimiriam as versões latina e espanhola, de autoria de José Vecinho, da obra que tornou possíveis as explorações de Vasco da Gama, Colombo, Cabral e outros descobridores, o *Ha-Hibbur ha Godol* (em latim, o *Almanach Perpetuum Coelestium Motuum*), do astrônomo real Abraão ben Samuel Zacuto.

Embora estivessem bem conscientes da grande contribuição dos judeus para a prosperidade e os feitos nacionais,

2. A pesquisadora brasileira Úrsula Ephraim Katzenstein, no seu *A Origem do Livro: Da Idade da Pedra ao Advento da Impressão Tipográfica no Ocidente* (São Paulo, Hucitec, 1986), atribui a mesma invenção da arte a um encadernador judeu, Mair Jaffe, financiado por Gutenberg e Fust, mas que tivera de permanecer no anonimato devido à sua religião. Se ela tiver razão, não nos deve surpreender tal participação judia nos primórdios da exploração do invento.

os portugueses assumiram a obrigação de expulsá-los, por ocasião das negociações com Castela, de novembro de 1496, relativas ao casamento do rei dom Manuel II com a infanta Isabel. Relutando em perder tão grande número de seus mais valiosos súditos, o rei decidiu promover à força, na Semana Santa de 1497, um batismo em massa. Em seguida, temendo o criptojudaísmo que daí poderia resultar, rapidamente procreveu a posse de todos os livros hebraicos, com exceção daqueles sobre medicina e cirurgia. As tipografias judaicas deixaram de trabalhar e seus proprietários fugiram. Os Porteira seguiram para Pesaro, na Itália, onde continuaram a imprimir; Eliezer transferiu seu prelo para Fez, na África do norte.

Os rumores sobre a existência, já em 1465, de obras impressas em Leiria podem ser, seguramente, descartados, uma vez que quase certamente essas impressões eram feitas com a técnica primitiva da xilografia. Contudo, existe uma tradição segundo a qual a coroa, nesse mesmo ano de 1465, recrutou Emanuel Simon, de Nuremberg, e Christophe Soll, da cidade vizinha de Altdorf, para introduzir a “arte negra” na Universidade de Coimbra. Dizem também que, em 1473, em Leiria, alguém imprimiu uma tradução da *Imitatio Christi*, de Tomás de Kempis, e que, em 1481, em algum lugar de Portugal, imprimiu-se uma versão das *coplas* do condestável dom Pedro, perdida no terremoto de Lisboa de 1755. Afora estas obras, o livro cristão em tipografia mais antigo em Portugal foi uma tradução (do castelhano) do *Sacramental*, de Clemente Sánchez Verceal, impresso em Chaves, em 1481, por Gonzalo Rodríguez de la Pasera. Temos conhecimento igualmente de um *Tratado de Confissim*, publicado por um impressor errante em Chaves, em 8 de agosto de 1489, e destinado à venda aos peregrinos que se dirigiam a Santiago de Compostela.

No entanto, somente quando o restante da Europa soube das novas riquezas que Portugal estava extraindo dos seus recentes descobrimentos no além-mar é que a impressão em letras latinas chegou definitivamente ao país. Foi então que a Liga Suábia mudou a sua matriz comercial de Veneza para Lisboa, e os tipógrafos juntaram-se aos muitos outros atraídos pela nova prosperidade portuguesa, procedentes da Espanha, da França e da Europa central. João Gherlinc, um alemão da família do impressor Ulrich Gherling, que trabalhou em Paris em 1470, imprimiu, em Braga, em 1494, um *Breviarum Bracrense*. A primeira tipografia profissional a produzir sistematicamente obras em vernáculo foi a dos

sócios Valentim Fernandes, um tcheco da Morávia, e Nicolau, um alemão da Saxônia. Acredita-se que tenham impresso, em 1495, um *Regimento Proveitoso Contra a Peste*, mas sua obra mais antiga que se conservou é o *Livro da Vida de Cristo em Linguagem Portuguesa, por Mandado do Illustrissimo Senhor El-rei Dom Joam o Segundo e da Mui Esclarecida Rainha Dona Lianor, sua Molher*. É uma versão, de Bernardo de Alcobaça e Nicolau Vieira, em quatro magníficos volumes, da obra *Vita Christi*, compilada por Ludolfo, o Saxão, um monge cartuxo do século XIII. Para uso do rei moribundo, o último volume, que contém a “Paixão de Nosso Senhor”, foi impresso antes, em 14 de maio de 1495; a obra completa foi concluída em 20 de novembro. (Uma reimpressão, com o fac-símile completo do texto de 1495, foi publicada, em 1945, no Rio de Janeiro, pela Casa de Rui Barbosa.) Nesse mesmo ano de 1495, Rodrigo Álvares, depois de aprender a nova arte na cidade universitária espanhola de Salamanca, tornou-se o primeiro tipógrafo do Porto.

Diz uma lenda que Valentim e Nicolau foram enviados a Portugal, a pedido da rainha, por seu primo, o imperador Maximiliano. Está fora de dúvida que os portugueses apreciavam a nova arte. Na verdade, tanto a apreciaram que, por um decreto de 1508, seus praticantes (desde que não estivessem contaminados pelo sangue mouro ou judeu) foram agraciados com o *status* e os privilégios de cavaleiros da casa real.

Tal entusiasmo foi partilhado igualmente por muitos outros governantes da Europa. Vários deles, entre os quais o de Castela, isentaram os livros dos impostos de importação. Todavia, esse zelo inicial logo começaria a declinar quando os governos se deram conta do perigoso papel que a imprensa poderia desempenhar na difusão, entre seus súditos, de ideias odiosas. Foi a Igreja a primeira a dar o alarme: a heresia constituía um perigo muito mais evidente do que a sedição, ainda mais se se levar em conta que a principal tarefa da tipografia era produzir livros sobre tópicos religiosos para leitores, em sua maioria, clérigos³. Já em 1501, o papa Alexandre VI recomendava que os príncipes cristãos instituísem um sistema de autorização para obras tipográficas,

3. Na verdade, a própria criação do mercado de livros para os leigos foi obra dos tipógrafos da época, ansiosos por aumentar a demanda para o produto da nova indústria ao se darem conta das limitações de um consumo exclusivamente clerical.

e Castela, vizinha de Portugal, em obediência à exigência papal, baixou prontamente (em julho de 1502) uma Real Pragmática. A importância da tipografia na propagação da heresia luterana viria mostrar, em breve, o quanto esses temores se justificavam, de modo que, em meados do século XVI, estava em vigor em quase todos os reinos cristãos algum tipo de controle das publicações.

Na verdade, os portugueses foram dos mais lentos a agir. Em 1508, os impressores foram solicitados a submeter à aprovação real os manuscritos de todas as obras que “tratasse de matéria relativa à nossa Santa Fé”, mas os livros em geral não eram submetidos a censura prévia. Todavia, depois do Concílio de Latrão, em 1512, que reforçou o apelo do papa no sentido da adoção da prática da autorização, difundiu-se o costume, entre os impressores, de submeter à aprovação do bispo local qualquer obra nova, mais como um meio de autoprotoger-se. A legislação sobreveio apenas em 22 de fevereiro de 1537, alguns meses após o restabelecimento, no reino, da Santa Inquisição. A partir de 1539, o inquisidor-chefe era o próprio irmão do rei, o cardeal infante dom Henrique, mais tarde príncipe regente durante a minoridade de seu sobrinho-neto dom Sebastião (1562-1568) e finalmente rei nos últimos dezessete meses de independência de Portugal (1578-1580). Dom Henrique logo revelou sua preocupação com a impressão, divulgando várias listas de obras proibidas, inclusive a Bíblia em vernáculo, em 1551. Foi provavelmente por sua influência que se decretou, em 4 de dezembro de 1576, a proibição completa de obras impressas não licenciadas. Daí em diante, toda publicação portuguesa, para correr, necessitaria de uma triplíce licença: do bispo local, do Santo Ofício e do Desembargo do Paço, que representava a coroa. Nos anos setenta do século XVI, quando os bispos eram também os inquisidores e a Inquisição era dirigida por um clérigo real, este incômodo arranjo era praticável. Em princípios do século XVIII, a Igreja e o Estado não mais viviam em harmonia; a coroa se dispunha a proibir até mesmo um livro aprovado pelos outros censores (como aconteceu com *Cultura e Opulência do Brasil*, de Antonil, em 1711), uma tática para assegurar os direitos do regalismo⁴. Mais tarde, em 5 de abril de

4. Ademais, havia boas razões para que o governo não quisesse revelar aos estrangeiros a riqueza da sua colônia.

1768, o zelo reformista do Marquês de Pombal conseguiu estabelecer uma Real Mesa Censória unificada e sob o firme controle do rei. Embora, ainda em setembro de 1770, as autoridades pudessem tornar público um edital “condenando à pena de fogo mais de 120 livros [...] geralmente em língua francesa, mas também em inglês e latim, entre eles obras do Marquês d’Argens, de Bayle, Blount, Cherbury, Chubb, Hobbes, Rousseau, Spinoza, Voltaire” etc., a censura adquiriu um caráter muito mais político e moderno, a ponto de começar a permitir livros incluídos no *Index Librorum Prohibitorum* da Igreja, como os de John Locke. Este modo secular de tratar o assunto não foi do agrado da boa rainha dona Maria I, que, em 1787, editou uma carta de lei especialmente para endossar o *Index*; e alguns anos mais tarde, em 17 de dezembro de 1793, a antiga autoridade dividida foi restaurada, subsistindo até a abolição da censura, que se seguiu à Revolução do Porto de 1820.

§2 A IMPRESSÃO NO ALÉM-MAR

O conflito entre as autoridades na apreciação da impressão e o medo que tinham de seus possíveis abusos ajudam a explicar o modo desigual e inconsistente com que se difundiu nos territórios que os países da Europa ocidental estavam começando a conquistar no além-mar, quase ao mesmo tempo em que se inventava a prensa tipográfica.

A introdução da impressão na Cidade do México e em Lima ocorreu poucos anos após a conquista espanhola, mas, por muito tempo, essa arte foi negada a todas as demais possessões espanholas. Os colonos ingleses da Nova Inglaterra conseguiram seu próprio prelo logo após sua chegada ao Novo Mundo, mas durante muitos anos essa autorização foi negada às demais colônias inglesas. A França permitiu o funcionamento de uma tipografia local em Santo Domingo (atual Haiti), mas jamais o fez com relação ao Canadá. Cedo os portugueses estabeleceram a impressão em suas possessões asiáticas e africanas, mas impediram sua implantação no Brasil colonial.

Essas diferenças foram determinadas, em parte, pelas necessidades de controle político. Nos lugares onde gozavam de um grau considerável de autonomia, os governos eram encarregados de regulamentar o trabalho das tipografias locais.

Assim, os habitantes da Nova Inglaterra imprimiam em Cambridge, Massachusetts, já em 1638, apenas dezoito anos após a chegada do *Mayflower*. No entanto, a autoridade local podia impedir a impressão mesmo que o governo central se dispusesse a permiti-la, como se pode ver pelo caso de Joseph Payne, que chegou a Santo Domingo, em 1725, trazendo de Paris um *brevet d'imprimerie*, válido para todas as Ilhas de Sotavento francesas, porém, o impressor foi prontamente encarcerado pelo governador da colônia. Nos casos em que a administração estava centralizada na capital metropolitana, havia óbvia vantagem em proibir qualquer impressão local; foi por isso, provavelmente, que ninguém imprimiu em Quebec nem em Nova Orleans até 1764, ano em que cessou o domínio francês.

É claro que fatores econômicos e culturais tiveram sua influência. A natureza ideológica das colônias dos puritanos ingleses tornava a tipografia essencial. Por outro lado, no século XVII, as colônias inglesas mais ao sul eram empreendimentos puramente comerciais, e sua sociedade estruturada viu na impressão apenas uma ameaça desnecessária à sua estabilidade. E, no caso de Virgínia e Barbados, o fato de serem colônias penais dava às autoridades locais um motivo a mais para se acautelarem contra qualquer coisa capaz de veicular ideias sediciosas.

O BRASIL DOS AVIS E DOS HABSBURGOS

Os novos territórios portugueses apresentaram, durante seus dois primeiros séculos, um contraste semelhante ao encontrado nas possessões inglesas. As cidades do leste, que concentravam as trocas comerciais, possuíam um grau apreciável de autonomia e eram centros urbanos de intensa obra missionária, imprimiam ativamente desde o século XVI. O Brasil, no princípio meramente uma escala na carreira das Índias, não tinha necessidade da impressão de livros mais do que, por exemplo, Madeira, onde não houve tipografia até 1821, quando os rebeldes constitucionais trouxeram um prelo para Funchal. O Brasil possuía grandes quantidades de madeira preciosa, em especial o pau-brasil, madeira que deu nome aos colonos, os *brasileiros*, isto é, os comerciantes de pau-brasil. Um arraial de corte de madeira tem ainda menos necessidade de livros do que uma escala de viagens de

veleiros, como é o caso de Honduras Britânica (atual Belize), que não teve um prelo antes de 1825. Na verdade, os brasileiros quase não precisavam saltar em terra: qualquer cacique, devidamente subornado, conseguiria que o seu povo fizesse tudo, desde a derrubada até o transporte e o embarque da madeira. Quando os franceses, em nada constrangidos pelo Tratado de Tordesilhas, ameaçaram romper esse monopólio tão lucrativo, Portugal precisou impor sua presença permanente por todo o imenso litoral de sua colônia. Para estimular a rápida colonização, desenvolveu-se uma economia agrícola, primeiramente do açúcar, artigo de luxo, trazido dos Açores, e depois do tabaco e do algodão.

Nesse primeiro século e meio de colônia, a administração do Brasil era tão rudimentar e a população tão pequena e espalhada por uma área tão vasta que a indústria da impressão não era administrativamente necessária nem economicamente possível. É provável que, até a invasão do Nordeste pelos holandeses, que transformaram Recife em sua capital, não houvesse uma única cidade com mais de mil habitantes. Em meados do século XVI, Salvador contava talvez mil habitantes; em 1648, São Luís do Maranhão tinha exatamente 480 almas (cf. tabela 1). E estes pequenos centros permaneciam isolados entre si. Os mesmos fatores, isto é, os ventos e correntes oceânicas, que facilitavam as comunicações com a Europa, a África e a Ásia constituíam sérios obstáculos às viagens ao longo da costa. Contam-se casos de pessoas que desistiram de viajar do Rio de Janeiro para a Bahia após três tentativas infrutíferas de ultrapassar o Cabo Frio. Em 1661, Antônio Vieira queixava-se de que, dos últimos oito veleiros que tentaram a viagem de São Luís ao Recife, apenas um conseguira chegar ao destino; os outros sete foram forçados a retornar ao ponto de partida depois de meses de viagem, e um deles foi de tal modo empurrado para sotavento que fora dar no mar do Caribe.

Ainda em 1700, o total da população brasileira não ultrapassava os trezentos mil colonos e escravos, espalhados ao longo de cerca de seis mil quilômetros de costa. Nem estes poucos habitantes demonstraram algum interesse na leitura. Quando saquearam a capital, Salvador, em 1624, os holandeses ficaram surpresos (e muito decepcionados) diante da espartana simplicidade dos lares brasileiros. Os colonos investiam seus capitais em escravos e nas aventuras do comércio, e não em móveis, em pinturas ou em

livros! Que as brasileiras aceitassem essa pobreza monótona e incômoda só se pode explicar pela condição humilde e impotente da mulher na sociedade portuguesa da época, um fato tão acentuado que mesmo os espanhóis da época ridicularizavam-no. No Brasil, a própria escassez de mulheres brancas fez crescer o desejo dos homens de mantê-las impotentes e confinadas em casa. Um elemento essencial dessa servidão feminina era o analfabetismo forçado, o que só começaria a mudar no Brasil independente (cf. §41). No Brasil colonial, as mulheres das classes superiores só aprendiam a ler quando se tornavam freiras. E, é claro, as índias, as pretas e as mulatas que compensaram a crônica falta das mulheres brancas recebiam muito menor consideração ou educação. Além disso, o fato de a grande maioria dos colonos portugueses (do mesmo modo que os conquistadores espanhóis no Paraguai e os invasores franceses na Inglaterra do século XI) terem vindo para o Brasil sem as suas mulheres e terem se casado com as nativas acarretou a adoção de muitos costumes indígenas, entre eles o uso do guarani como “língua geral do Brasil”⁵. Compreende-se que essa circunstância pouco ajudou o consumo de livros em português ou latim. Por conseguinte, mesmo a importação de obras vãs, “como son de Amadís”⁶, que já em 1531 tanto perturbava o Conselho das Índias de Castela, não afetou o Brasil.

5. No Paraguai, o mesmo guarani sobrevive até nossos dias como língua falada em casa. Na Inglaterra, o inglês nativo, apesar de ter sido substituído durante séculos pelo francês como língua oficial, sobreviveu, em forma mais ou menos corrompida por esse francês do governo, como idioma do lar e do campo, para renascer na corte como símbolo de nacionalismo na época da Guerra dos Cem Anos contra o rei francês.

6. Cf. Inés Dözl Blackburn, “La Poesía Tradicional en Hispanoamérica y las Listas de Envíos de Libros Coloniales Depositados en el Archivo General de Indias en Sevilla”, *Folklore Americano*, n. 37-38, pp. 109-115 (“1984”, i.e., 1985) e também Laurence Hallewell & Cavan McCarthy, “Brazilian Chapbook Literature”, em *Latin American Masses and Minorities: Their Images and Realities*, Papers of the 88th annual meeting of the seminar on the acquisition of Latin American Library Materials, Madison (Wi), Salalm Secretariat, 1987, vol. 1, pp. 361-379; vol. 2, pp. 683-707.

§4 OS JESUÍTAS NO ORIENTE PORTUGUÊS

Nelson Werneck Sodré e outros autores sugerem que a impressão foi introduzida nas colônias de além-mar apenas onde havia uma cultura autóctone altamente desenvolvida que o poder colonial queria suplantar. Isso exigia a criação de uma escola proselitista, e a impressão era necessária para fornecer a seu corpo de professores manuais informativos sobre as línguas, as crenças e os costumes locais, e aos alunos nativos livros escolares adequados. Assim, na Cidade do México e em Lima, centros das civilizações asteca e inca, a impressão foi um auxiliar essencial das universidades coloniais.

A expansão ibérica no ultramar foi, num sentido muito real, uma continuação da Reconquista e sua extensão ao além-mar, sendo uma de suas motivações básicas o desejo de difundir o cristianismo. No Japão, quando os xoguns não mais consentiram que os portugueses propagassem a fé, estes, em vez de abdicarem de seus mais altos propósitos, preferiram abandonar, em favor dos holandeses, o lucrativo comércio que tinham estabelecido no país.

Pelo menos nos dois primeiros séculos da colonização portuguesa e espanhola, a impressão foi, em toda a parte, a auxiliar da Igreja evangelizadora, implantada em quase todos os casos por iniciativa dos clérigos, de modo que a maior parte de sua produção destinava-se a suprir as necessidades do clero e das missões.

Já em março de 1491, livros impressos chegavam a Mânicongo, na África ocidental, para auxiliar a obra missionária dos portugueses. Três anos mais tarde, em 1494 – isto é, um ano antes do início, em Portugal, da impressão regular de livros em vernáculo – dois tipógrafos nascidos na Alemanha embarcaram para a Missão, mas, infelizmente, perderam-se no mar. O mesmo ocorreu com 2 495 livros e um prelo, enviados em 1513 para a Etiópia, império cristão do místico Preste João⁷. Finalmente, ao término do século XVI, chegaram à África prensas de impressão, que foram ins-

7. Lendário padre e rei cristão da Idade Média, a quem se atribuiu o domínio de um Estado cristão encravado no mundo muçulmano. Foi confundido com o chefe nestoriano de uma povoação turca na Mongólia, depois com o cã dos mongóis, Hulagu, e por último com o imperador cóptico da Abissínia (hoje Etiópia).

taladas nos colégios jesuítas de Salvador do Congo e de São Pedro de Luanda.

Uma segunda tentativa de estabelecer a arte da tipografia na Etiópia foi frustrada quando o navio que transportava o prelo aportou, inadvertidamente, em Goa, na Índia portuguesa. Assim, foi na cidade de Goa, e não na Etiópia, que a impressão foi introduzida, em 6 de setembro de 1556, por João d'Eden e João Quinquério. Na verdade, imprimiram algumas obras em amárico para a Etiópia, mas sua maior parte foi impressa em português e nas línguas nacionais da Índia. Entre as primeiras obras figuram a *Doutrina Cristiana* (1557), de São Francisco Xavier, o *Tratado [...] contra os Erros Cismáticos dos Abexins* (1561), de Gonçalo Rodrigues, o *Compendio Espiritual da Vida Cristã* (1561), de Gaspar de Leão, e os *Coloquios dos Simples, e Drogas e Cousas Medicinaes da India* (1563), de Garcia d'Orta. Em pouco tempo havia em Goa três oficinas de impressão, que prosperaram na publicação nas línguas locais. Há menção a um prelo ainda mais antigo, mais ao norte, em Salsette, instalado em 1542. Posteriormente, os portugueses instalaram prelos em cinco outras localidades da Índia: Rachol, Cochim, Vaipicota, Punicale e Amabalcate.

Na China, os jesuítas portugueses começaram a imprimir em Macau em 1588 e estenderam depois suas atividades a Cantão e a Hong Kong. No entanto, tendo em vista a natureza da escrita chinesa, acabaram por abandonar a tipografia e dar preferência à xilografia.

No Japão, entre 1590 e 1614, data do banimento do cristianismo, os jesuítas produziram mais de cem obras. Primeiro em Kazusa, com o padre Alexandre Valignano, depois, a partir de 1591, em Anakura, e, após 1599, na fortaleza cristã de Nagasaki⁸, seus prelos produziram catecismos, literatura e obras devotas, tanto em português como em japonês, conhecidas pelo nome de *Kirishitan-ban*. Seus estudos linguísticos constituem a fonte principal do nosso conhecimento do primitivo japonês moderno. Pelo menos dois dos tipógrafos foram japoneses convertidos, enviados a Coimbra para aprender o ofício.

8. Foi uma lamentável ironia da história a escolha pelos norte-americanos deste antigo centro do cristianismo para alvo de sua segunda bomba atômica, em agosto de 1945.

§5 OS JESUÍTAS NO BRASIL

Os aborígenes brasileiros, que ainda viviam na Idade da Pedra, não possuíam uma civilização comparável que fosse digna de estudo e que os catequizadores precisassem suplantá-la. Isso não impediu as especulações de que os primeiros jesuítas teriam trazido consigo uma prensa tipográfica. Essa crença surgiu, aparentemente, com a publicação da obra de Faulmann, *Illustrierte Geschichte der Buchdruckerkunst*, e parece estribar-se apenas na suposição de que aquilo que os padres fizeram na Ásia e na África poderiam também ter feito na América. Jamais se encontrou uma referência contemporânea que corroborasse tal crença, como também não se descobriu qualquer material impresso que se pudesse atribuir a tal origem. As missões jesuítas espanholas, entre índios tão primitivos quanto os do Brasil, existiram muito antes de terem adquirido um prelo, ao passo que, na América do Norte, os jesuítas franceses jamais chegaram a possuir um.

O Paraguai foi virtualmente um Estado jesuíta, mas não teve nenhuma prensa de impressão antes de 1700, e tampouco depois de 1727. Isso não ocorreu por motivos políticos, mas em virtude da dificuldade de convencer um mestre impressor a submeter-se às agruras da vida naquela remota região. Há registro, porém, de que, desde 1633, os padres queriam seu próprio prelo. Thompson, em sua obra *Printing in Colonial Spanish America*, sugere que, por não terem conseguido recrutar um impressor, os padres ensinaram seus índios a fazer livros por xilografia, método muito comum na metade do século XV na Europa e empregado para textos populares simples (e, como vimos, utilizado pelos jesuítas na China, em virtude da natureza da língua). Imaginamos que os padres brasileiros tenham feito o mesmo: a tradição das ilustrações em xilografia na chamada “literatura de cordel”, no Nordeste brasileiro, poderia, assim, ser um herança da habilidade ensinada aos índios locais pelos missionários da Companhia.

Os colégios dos jesuítas no Brasil foram renomados por suas excelentes bibliotecas, e, segundo a *História da Companhia de Jesus no Brasil*, de Serafim Leite, a biblioteca do Colégio de Santo Inácio, no Morro do Castelo, Rio de Janeiro, possuía “alguns trabalhos impressos na própria casa por volta de 1724”. Se o colégio possuía seu próprio prelo, parece estranho que Agostinho Santos Félix Capelo não tenha mencionado o fato em seu relatório ao governador, conde de Bobadela,

sobre as propriedades confiscadas em 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o colégio, fechado⁹. Talvez tenha havido confusão com os dois livros impressos em 1722 e 1724 pelos missionários jesuítas em Pueblo de Santa Maria la Mayor, um lugar hoje situado em território brasileiro mas, na época, pertencente ao Paraguai. Esses livros eram: *Vocabulario de la Lengua Guarany* (1722), de Antonio Luiz Restrepo, e a gramática que o acompanhava, *Arte de la Lengua Guarany* (1724).

Assim, esses dois primeiros livros não só foram impressos numa região que somente agora faz parte do Brasil, como também foram produzidos por uma tipografia missionária espanhola. Na verdade, o primeiro livro impresso na América em língua portuguesa, de que temos prova definitiva, foi escrito por um padre no México espanhol e aí publicado doze anos antes, em 1710. Nessa época, o México mantinha um comércio considerável pelo Pacífico e, como seu título indica claramente, o livro destinava-se aos falantes de língua portuguesa na Ásia, e não no Brasil: *D.O.M. Luzeiro Evangelico, que mostra à todos os Christãos das Indias orientais o caminho unico seguro & certo da recta Fé, para chegarem ao porto da salvação eterna; ou Instrucção dos principaes artigos da Religião [...] Obra de muita utilidade para os Ministros & Christãos todos Catholicos & Protestantes, doutos & indoutos, pelo R. P. Fr. João Bauptista Morelli de Castelnovo*.

Quando comparamos as atividades dos missionários no Brasil com as de seus colegas no Paraguai e em outras partes da América espanhola, devemos lembrar que, no século XVIII, nas possessões portuguesas, a Igreja há muito havia deixado de ser “a íntima coadjuvante de um poder imperial dogmático”¹⁰, coisa que ainda ocorria no Império espanhol. Particularmente os jesuítas, em virtude de sua oposição à escravização dos indígenas, tinham conquistado a implacável hostilidade da maioria dos leigos no Brasil. O prestígio que haviam conquistado com suas obras missionárias no Império português do Oriente havia-se evaporado juntamente com esse império, no começo do século XVII. Além disso, apesar do papel da Companhia de Jesus na libertação do jugo espanhol em 1640, o empobrecido Portugal indepen-

9. José Vieira Fazenda, “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, *Revista do IHGB*, tomo 88, vol. 142, pp. 113-116, 1920.

10. William P. Glade, *The Latin American Economies*, Nova York, American Book, 1969, p. 158.

dente que emergira da luta havia perdido seu antigo zelo evangelizador, e seus governantes estavam cada vez mais suspicazes com respeito a essa poderosa ordem e, ainda mais, de origem espanhola. Essa suspeita cresceu até transformar-se numa hostilidade que, na administração de Pombal, acabou por engendrar um movimento de destruição da Companhia de Jesus em todo o mundo católico romano.

Sebastião José de Carvalho e Melo, agraciado, em 1769, com o título de marquês de Pombal, dirigiu os negócios de Estado em Portugal de 1750 até 1777. Para ele, a impressão nas colônias era, primordialmente, uma fonte do poder e da influência dos jesuítas. Por isso, suprimiu a indústria tipográfica até mesmo na Índia portuguesa, onde já perdurava há dois séculos. Uma instrução datada de 20 de março de 1754 e enviada ao vice-rei pelo secretário colonial Diogo de Mendonça Corte Real solicitava que fosse negada licença a qualquer pedido no sentido de restabelecer a impressão na Índia, “independentemente da parte de quem emanasse”. Os goenses teriam de esperar até 1821 para que pudessem ter novamente seus prelos.

A grande perda que o Brasil sofreu com a dissolução da Companhia pode ser sentida na destruição das suas bibliotecas: quinze mil volumes se perderam no Colégio em Salvador, outros cinco mil no do Rio de Janeiro, além de mais doze mil apenas nos colégios do Maranhão e do Pará. Voltaremos a falar do impacto da expulsão dos jesuítas sobre a educação na colônia (§ 11).

O objetivo último da política colonial de Pombal tem sido interpretado de formas muito diversas. O ponto de vista anticlerical, que o vê como o grande reformador modernizante da Ilustração, interpretaria essa hostilidade aos jesuítas apenas como a determinação de um progressista a destruir as forças do obscurantismo medieval. Outros consideram-no o instrumento das companhias comerciais monopolizadoras, que procuravam eliminar das colônias qualquer oportunidade de pensamento, ação ou meios de subsistência independentes da mãe-pátria. É provável que as duas interpretações sejam igualmente válidas. Para um estadista do século XVIII, ainda que ilustrado, as colônias não tinham qualquer *raison d'être* a não ser a de suprir as necessidades materiais da Europa. Mesmo em 1820, os reformadores liberais em Portugal ainda eram totalmente incapazes de pensar o Brasil de forma diferente desse entendimento tradicional.

OS HOLANDESES NO BRASIL

§ 6

A primeira tentativa de introduzir a impressão no Brasil, de que possuímos provas documentadas, foi feita não pelos portugueses, mas pelos holandeses, no período de 1630 a 1655, quando ocuparam o Nordeste brasileiro. Uma carta do Supremo Conselho (holandês) do Brasil, de 28 de fevereiro de 1642 e dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de um prelo para que as ordens oficiais recebessem “maior consideração” e o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar.

Temos aqui, em poucas palavras, a razão primordial pela qual cada colônia acabou recebendo sua própria prensa tipográfica: as exigências administrativas. Depois da evangelização, a burocratização! Por volta de 1640, os holandeses possuíam um sistema administrativo suficientemente sofisticado para sentirem essa necessidade. Aquelas colônias inglesas que haviam rejeitado a tipografia no século XVII descobririam, no começo do século seguinte, que as necessidades do governo tornavam imperativa sua adoção: em 1718, a Jamaica; em 1730, Barbados¹¹; em 1736, Virgínia (que, em 1683, expulsara seu primeiro tipógrafo, William Nuthead). Por motivos semelhantes, esse século testemunhou a expansão da impressão pelos demais centros administrativos da América espanhola: em 1707, Havana; em 1739, Bogotá (que, em 1717, se tornara capital de um novo vice-reino); em 1748, Santiago do Chile; em 1760, Quito; em 1764, Nova Orleans (que voltara ao domínio espanhol); em 1780, Buenos Aires (capital do novo vice-reino do Prata desde 1776); em 1783, Santo Agostinho, na Flórida. Somente na América portuguesa a administração continuou tão elementar que se pôde dispensar a impressão, até que o impacto das guerras napoleônicas mudou o governo da colônia.

Após diversas negociações entre Pernambuco e a Holanda, foi escolhido um tipógrafo, Pieter Janszoon, para encarregar-se da impressão no Recife. No entanto, teve a infelicidade de fa-

11. Não obstante, o comitê do Parlamento britânico que investigou, em 1828, a administração da justiça nas Antilhas Britânicas descobriu que os fazendeiros que constituíram o governo colonial de Barbados ainda se negligenciavam de imprimir as suas leis, preferindo guardá-las em forma manuscrita, fora do conhecimento do povo.

lecer antes de iniciar seu trabalho, em 3 de agosto de 1643. Segundo Afonso d'Escragnolle Taunay¹², de fato ele aportou na colônia, mas morreu logo em seguida (talvez de alguma doença tropical?). Se foi este o caso, resta a pergunta: o que aconteceu com seu prelo? Ninguém teria tratado de fazê-lo funcionar? Dois anos mais tarde, a Companhia das Índias informou que ainda estava à procura de novo impressor, mas que, até aquela data, não havia encontrado quem se dispusesse a empreender a aventura. Seria (imagina-se) por causa do clima, da precariedade da posição holandesa no Brasil, ou simplesmente da falta de efetivo interesse comercial? Nessa altura, a pessoa que, segundo parece, mais se empenhou em instalar um prelo na colônia, o governador Maurício de Nassau, havia partido (maio de 1643) e os holandeses estavam sofrendo tão severas pressões militares que não tinham tempo para se preocupar com tais problemas.

Apenas para confundir a questão, um panfleto de vinte páginas, datado de 1647, traz a indicação "*gedrukt in Brasiliën op't Reciffin de Bree-Bijl*" ("impresso no Brasil, no Recife"). Trata-se do folheto *Brasilsche Gelt-Sack, waer in dat klaerlijck erlooout wort, waer dat de Participanten van de West-Indische Compagnie haer Geldt ghebleven is*¹³, um grosseiro ataque à integridade de certos diretores da Companhia; acredita-se atualmente que esse colofão é falso, feito para proteger o impressor.

§7 A RESTAURAÇÃO PORTUGUESA

O estado de privação, tanto cultural como material, de que sofreu o Brasil durante os ciclos da madeira e do açúcar refletiu sua pequena importância para a pátria-mãe. Se para os Avis a América portuguesa não passou de uma fonte de água fresca na carreira das Índias, para os Habsburgos foi apenas um baluarte exterior na defesa das suas minas de prata nos Andes. Mas a desditosa união das coroas, e a consequente participação nas longas guerras da Espanha com os Países

12. Cf. Afonso d'Escragnolle Taunay, "*De Brasiliæ Rebus Pluribus: O Primeiro Livro Impresso no Brasil*", *Anais do Museu Paulista*, vol. 7, pp. 421-474, 1936.

13. *A Bolsa Brasileira. Mostrando Claramente como os Acionistas da Companhia das Índias Ocidentais Foram Lesados*.

Baixos, resultou na perda de quase todo o magnífico império português no Oriente. O Portugal dos Avis havia liderado os descobrimentos e a expansão na Europa. Sob os Habsburgos, fora partícipe do maior império colonial do mundo. No entanto, o pequeno país empobrecido que emergiu de seu cativeiro "babilônico" de sessenta anos e da luta de dezoito anos em prol da independência (1640-1668) foi a mais fraca, a mais pobre e a mais atrasada de todas as potências marítimas da Europa ocidental. Foi também o país mais dominado pelo clero: mesmo o triunfo dos restauradores se deveu (como já dissemos), em grande medida, à iniciativa dos padres (e especialmente dos jesuítas) no fomento do apoio popular na luta contra o domínio espanhol. Os autos de fé continuariam por mais um século. A censura tríplice sufocou qualquer expressão de pensamento independente, até realizações inovadoras no tocante ao estilo ou à tradição literária. Quase a única obra contemporânea de algum mérito literário foram os *Sermões*, de Antônio Vieira (que foi mais brasileiro do que português). Em termos políticos, o novo Estado estava tão isolado que os Braganças, precisando desesperadamente de reconhecimento internacional e de apoio militar e material de fora, venceram os seus escrúpulos religiosos e procuraram restaurar a antiga aliança com a Inglaterra. E por isso pagaram um preço altíssimo. A começar pela cessão de Tânger e Bombaim como dote do casamento da infanta Catarina com o rei britânico Carlos II, os Braganças acabaram por aceitar o Tratado de Methuen de 1703, que tornou Portugal o primeiro país do mundo moderno a sofrer dependência econômica de uma grande potência industrial. O império oriental ficou reduzido a Goa, Macau e Timor, e o Brasil (junto com o seu apêndice angolano) tornou-se a única fonte significativa de riqueza que restou à metrópole, fato reconhecido pelo rei dom João VI, quando designou seu possível herdeiro com o título de *príncipe do Brasil*.

Logo a colônia readquiriu seu valor em termos absolutos quando se descobriu ouro em Minas Gerais na década de 1690. Em pouco tempo, era tão grande a contribuição do quinto para o erário real que o rei chamava o Brasil sua "vaca de leite". Passados trinta anos, descobriram-se também diamantes na mesma capitania. A imigração maciça daí resultante multiplicou a população por dez vezes no curso do século XVIII, chegando aos três milhões de pessoas, afofando o guarani num dilúvio de portugueses monoglotas.

As necessidades imediatas dos mineiros estimularam a produção de alimentos, sobretudo o desenvolvimento da pecuária no sertão. As minas e o gado, juntos, foram colonizando o interior, melhorando as comunicações para o interior do país, principalmente ao longo do rio São Francisco, artéria principal entre o Nordeste e as minas. Cresceu tanto sua riqueza que o governo se dispôs a enfrentar uma onerosa guerra com a Espanha nas colônias, que acabou por estender o Brasil até o Prata e abriu caminho para o povoamento de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O aumento da população estimulou o crescimento das cidades e deu início, embora lentamente, à criação de um estilo de vida verdadeiramente urbano, pelo menos nos centros maiores.

§8 A IMPRESSÃO NO RECIFE NO GOVERNO DE FRANCISCO DE CASTRO MORAES

Afirmam os historiadores locais, Ferreira de Carvalho¹⁴ e Pereira da Costa¹⁵, que foi, de fato, no Recife que se instalou o primeiro prelo do Brasil, cerca de sessenta anos mais tarde, muito depois da expulsão dos holandeses. Supõe-se que o desconhecido impressor encarregado era apadrinhado pelo governador, Francisco de Castro Moraes. No entanto, foi obrigado a interromper suas atividades tão logo o governo de Lisboa tomou conhecimento da existência do prelo. Diz Pereira da Costa que encontrou, nos arquivos do estado de Pernambuco, uma carta régia, de 8 de julho de 1706, na qual Castro recebia ordens de “seqüestrar as letras impressas e notificar os donos dellas e os officiaes de uma typographia estabelecida na povoação do Recife que não imprimissem, e nem consentissem que se imprimissem livros nem papéis alguns avulsos na mesma typographia”.

Wilson Martins, em *A Palavra Escrita*¹⁶, põe em dúvida toda essa história e sugere que, por uma falha na transcrição de datas, Costa baseou seu relato numa ordem de 1747,

14. Alfredo Ferreira de Carvalho, *Annaes da Imprensa Periodica Pernambucana de 1821-1908*, Recife, Jornal do Recife, 1908.

15. Francisco Augusto Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos, 1493-1850*, Recife, Arquivo Público Estadual, vol. 1, p. 443, 1951.

16. Wilson Martins, *A Palavra Escrita*, 2. ed., São Paulo, Ática, 1996, pp. 302-303.

enviada a outro governador de Pernambuco, posterior a Castro Moraes, ordem que se referia às atividades tipográficas de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro (§9). Todavia, Serafim Leite afirma ter visto alguns trabalhos desse prelo recifense e, inclusive, ter possuído alguns deles. Leite, que identifica o tipógrafo com um jesuíta de nome Antônio da Costa, diz, em seu *Artes e Oficinas dos Jesuítas no Brasil*, que o prelo funcionou de 1703 a 1706, imprimindo “letras de câmbio, orações e estampas religiosas”. O mínimo que se pode dizer é que, se de fato houve alguma prensa de impressão no Brasil nessa época, então a cidade do Recife parece ter sido o local mais provável. Embora ainda pequeno (cf. tabela 1, p. 833), o Recife era a única verdadeira cidade além da capital, Salvador, e nesse período era mais próspero e revelava maior independência de espírito em relação às autoridades de Lisboa.

A CHEGADA DE ISIDORO DA FONSECA

§9

Da existência de uma prensa de impressão no Rio de Janeiro, em 1747, possuímos a prova definitiva tanto na bibliografia contemporânea como em alguns dos próprios livros impressos, ou melhor, folhetos. O responsável pelo prelo era Antônio Isidoro da Fonseca, um dos principais tipógrafos de Lisboa, entre cujos trabalhos realizados na capital portuguesa, entre 1735 e 1745, incluem-se as *Obras* do diplomata do século XVII Duarte Ribeiro de Macedo, a segunda edição, por José Barbosa, de *Notícias de Portugal*, do antiquário Manuel Severim de Faria, e, em 1741, o primeiro volume da monumental *Biblioteca Lusitana*, de Barbosa Machado, que marca o início da bibliografia portuguesa, e constitui uma das mais importantes publicações lusas desse século. Isidoro também imprimiu três obras de Antônio José da Silva, o popular dramaturgo, conhecido na história literária simplesmente como “O Judeu”. Nascido no Rio de Janeiro, em 1705, numa família de judeus convertidos do Recife holandês que havia preferido permanecer na terra após a reconquista, fora para Lisboa em 1713, acompanhando a mãe e vários parentes que para lá foram levados a fim de responderem a acusações de apostasia. Ele próprio acabou sendo acusado do mesmo pecado, em agosto de 1726, mas foi libertado após dois meses de tortura. Infelizmente, em

outubro de 1737, voltou a ser denunciado e, após prolongada investigação, foi garroteado e seu corpo queimado em praça pública num dos últimos autos de fé, em 19 de outubro de 1739.

Houve quem dissesse que Isidoro teve problemas com a Inquisição por haver sido o editor do Judeu. Capistrano de Abreu e Félix Pacheco¹⁷ chegaram a afirmar que sobre ele pesava a suspeita de ser um judeu encoberto. Segundo seu testemunho pessoal, foi obrigado a vender seu negócio em Lisboa para saldar dívidas: uma provável consequência de seu envolvimento na publicação de uma obra de referência tão extensa como a *Biblioteca Lusitana*. Em seguida, emigrou para o Brasil, esperando melhor sorte. Se foi este o caso realmente, não podemos deixar de estranhar seu otimismo – ou sua ignorância. Em seu *Latin America and British Trade*, Platt, descrevendo as condições do começo do século XIX (isto é, quase duas gerações depois), diz que

fora das cidades principais e dos portos marítimos, a população era dispersa, as condições de transporte eram horríveis e a comercialização dos artigos importados, custosa e pouco compensadora. Os produtos manufaturados de qualquer tipo [...] estavam muito acima dos recursos financeiros das pessoas, com exceção de uma poucas...

A escassez de trabalhadores qualificados – particularmente a ausência quase total do trabalhador alfabetizado – e o alto custo do equipamento e suprimentos importados, somados aos fatores anteriores, significavam que o material impresso no local jamais poderia competir em preço com o trazido da Europa. O papel teria sido um problema à parte. Na América espanhola, sua escassez e, portanto, seu custo elevado resultaram no fechamento de várias oficinas tipográficas coloniais.

Não havia, certamente, qualquer possibilidade de que Isidoro pudesse viver da impressão de livros. Platt, falando do México do final do século XIX, estimou que, numa população de 10,5 milhões de pessoas, seis mil famílias pertenciam à classe alta (isto é, em nosso contexto, eram potenciais compradores de livros). Calculando a população brasileira de 1747 em 2,5 milhões de pessoas (uma estimativa bastante

17. Apud Rubens Borba Alves de Moraes, *O Bibliófilo Aprendiz*, 2. ed., São Paulo, Nacional, 1975, pp. 135-146.

generosa) e supondo que Isidoro tivesse acesso a todo o mercado nacional (o que, considerando a extensão do país e o isolamento mútuo das capitanias, beira o ridículo), podemos admitir que, nesta fase, ele pudesse contar com no máximo 1250 fregueses em potencial. Assim, mesmo que o equilíbrio entre o investimento e a receita fosse a venda de apenas 150 exemplares por edição, ele, para apenas continuar no negócio, precisaria ter vendido de cada título publicado um exemplar a um de cada cinco leitores de todo o país.

Em todos os lugares do Novo Mundo, durante o século XVIII, a maior porção da receita dos impressores provinha da produção de jornais (a alternativa de produzir impressos comerciais, *jobbing printing*, só se tornaria viável depois de 1830). A *Gazeta do México* começou a circular em 1722, a *Gazeta de Lima* em 1744, e os jornais das colônias inglesas muito antes: em 1741, a cidade de Boston sozinha contava nada menos de cinco jornais concorrentes. Portugal não corria esses riscos. Se a imprensa jornalística da metrópole estava limitada à *Gazeta de Lisboa*, controlada pelo governo (e, mesmo assim, sujeita a suspensões intermitentes), era pouco provável que fosse aprovada qualquer atividade jornalística nas colônias.

É difícil compreender por que um impressor tão importante e capaz como Isidoro tivesse desejos de fixar-se numa colônia com perspectivas tão reduzidas para o seu comércio; mais difícil ainda é atinar com a razão pela qual se dispunha a enterrar-se num lugar que, até pouco tempo antes, não passava de um pequeno posto de defesa, de pouca importância econômica e ainda menor significado cultural. É verdade que o desenvolvimento da mineração começava a modificar esse panorama, embora à custa de uma séria inflação local; o Rio de Janeiro tornara-se o principal porto de exportação de minerais e local de comercialização do crescente volume de importações que eram absorvidas em troca. A crescente importância da cidade acabaria por convertê-la, em 1763, na capital administrativa de todo o Estado do Brasil, mas em 1740 ainda era inferior, em tamanho, a Salvador e ao próprio Recife. Mesmo sessenta anos mais tarde, o comércio do Rio era muito menor do que o de Salvador.

Não que qualquer dessas cidades costeiras pudesse ser particularmente atraente para um tipógrafo. Nelson Werneck Sodré as comparou às cidades europeias da Idade Média, não apenas por suas edificações insignificantes e

amontoadas e suas ruas estreitas, mas também, sobretudo, porque eram destituídas de qualquer forma efetiva de vida e de significação social e intelectual em virtude da irresistível concentração de população, produção, riqueza e poder em torno das grandes propriedades rurais.

Na metade do século, o único centro verdadeiro de cultura urbana no Brasil ainda era Vila Rica, a atual Ouro Preto. Esta “pequena Weimar” (como a chamou Sílvio Romero¹⁸) deixou sua arquitetura, sua escultura, as partituras de suas músicas e os escritos de seus poetas (Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga) como testemunhos de suas realizações artísticas. Os registros de seu teatro são testemunhas da força de seus contatos culturais com a Europa. Mais tarde, sua liderança no movimento de libertação, a Inconfidência Mineira, revelaria seu grau de maturidade intelectual e política. Sobre o tamanho de sua população, só podemos fazer suposições. Já foram feitas estimativas de até cem mil habitantes, mas, embora fosse certamente a maior cidade brasileira (cf. tabela 1, p. 833), parece improvável qualquer cálculo acima de cinquenta mil: em 1742, período de sua maior prosperidade, a população escrava de toda a comarca não passava de 21 746 indivíduos. Conhece-se até mesmo o nome de um livreiro: Manuel Ribeiro dos Santos, que importava livros juntamente com “roupas, chapéus, botas, cobertores, cera, velas...”¹⁹. Mas a cidade não possuía uma prensa de impressão, a menos que se dê fé à *Fascinante História do Livro*, de Waldvogel, que, depois de fazer menção a uma (suposta) tentativa de impressão no Recife, em 1706 (§8), afirma que tal tentativa foi “seguida de outras em Minas Gerais”.

Em 1747, já havia começado a longa e lenta decadência de Vila Rica devido ao paulatino esgotamento das minas de ouro, mas dificilmente Isidoro da Fonseca se teria dado conta disso. Talvez ele tenha sido dissuadido de instalar-se tão longe do litoral pelas dificuldades de transporte pelo interior e, conseqüentemente, de preços mais altos: estes, mesmo cinquenta anos mais tarde, continuavam 50% superiores aos do Rio. É mais provável – e esta é, indiscutivelmente, a razão mais plausível de sua vinda ao Brasil – que tenha recebido do

18. Apud Manuel Diegues Júnior, *Regiões Culturais do Brasil*, Rio de Janeiro, Inep, 1960, p. 80.

19. Rubens Borba Alves de Moraes, *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial*, Rio de Janeiro, LTC, 1979, p. 40.

governador do Rio (e de Minas), Gomes Freire de Andrade, um convite direto para instalar-se no Rio de Janeiro. Isso lhe teria dado pelo menos uma razoável expectativa de receber encomendas regulares de impressos oficiais.

Freire de Andrade mostrava-se realmente interessado em estimular a vida intelectual da cidade. Apesar da perturbação provocada por uma guerra na fronteira meridional da colônia, por cujo êxito foi agraciado, em 1758, com o título de conde de Bobadela, ele incentivou as artes, criando a Academia dos Felizes (fundada em 1736), origem mais tarde da Academia dos Seletos, instalada em 30 de janeiro de 1752, no próprio palácio do governo. Ao que parece, também ajudou na educação do jovem José Basílio da Gama, um mineiro que fora para o Rio estudar no Colégio dos Jesuítas. Na clausura obrigatória do colégio (§5), teve o auxílio de Bobadela para viajar para Lisboa, onde, finalmente, pôde publicar seu poema épico *O Uruguary*, que narra a repressão pelo governo da rebelião indígena, instigada pelos jesuítas, na Colônia do Sacramento.

A OBRA DE ISIDORO NO RIO DE JANEIRO

§ 10

Diz Alexandre Passos que o governador não apenas convidou Isidoro a vir para o Brasil como o fez “com plena consciência de que as autoridades de Lisboa não aprovariam isso” Passos diz ainda que o impressor produziu dois livros com colofões falsos por instrução expressa do governador²⁰. As obras em questão eram dois volumes sobre artilharia, de autoria do engenheiro militar José Fernandes Pinto Alpoim, nascido no Brasil, instrutor oficial do exército na fortificação do Rio de Janeiro. A opinião geral parece inclinada a aceitar a autenticidade do colofão do *Exame de Artilheiros*: “Lisboa, José Antônio Plates, 1747”. Este livro, porém, foi retirado de circulação, por ordem do censor, logo após sua publicação: alegou-se que usara de modo incorreto alguns títulos de postos militares! O colofão da continuação, *Exame de Bombeiros*: “Madrid, Francisco Martínez Abad, 1748”, mostra claramente que se adotou um ardil para evitar problemas ulteriores com a censura. Talvez tenha sido

20. Alexandre Passos, *A Imprensa no Período Colonial*, Rio de Janeiro, MEC, 1952.

realmente impresso na Espanha, mas isso não explicaria sua grande semelhança tipográfica com o primeiro volume. É possível que Plates o imprimissem com um falso colofão, mas por que assumiria tal risco? Alpoim era o braço direito de Bobadela em muitos melhoramentos materiais que eram feitos na cidade, dos quais o mais notável foi a construção dos Arcos da Carioca (o aqueduto de Santa Teresa). Não estaria por trás do suposto convite feito a Isidoro para que viesse ao Rio o desejo de Alpoim de ver seu livro publicado com segurança? Tipograficamente, é muito semelhante ao trabalho de Isidoro, além da curiosa circunstância de trazer uma ilustração datada “Rio, 1749”. Taunay²¹ aventou a hipótese de que Isidoro imprimiu os dois volumes, mas, obrigado a deixar o Brasil antes de terminá-los, lançou-os em outro lugar com a substituição da página de rosto.

Da oficina de Isidoro da Fonseca no Rio, de curta duração, saíram ainda duas obras que não fizeram qualquer tentativa de disfarçar a origem. Se for correta a nota manuscrita do barão do Rio Branco num dos oito exemplares existentes, a primeira dessas obras é um folheto de 24 páginas in quarto, publicado em 7 de fevereiro de 1747 e intitulado *Relação da Entrada que Fez o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. F. Antonio do Desterro Malheyro, Bispo do Rio de Janeiro, em o Primeiro Dia Deste Presente Anno de 1747, Havendo Sido Seis Annos Bispo do Reyno de Angola, donde por Nominação de Sua Magestade, e Bulla Pontificia, Foy Promovido para esta Diocese*. Sua autoria é atribuída a Luís Antônio Rosado da Cunha, juiz de fora, e no colofão lê-se “Rio de Janeiro. Na segunda Officina de Antônio Isidoro da Fonseca. Anno de M.DCC.XLVII”. Sua “primeira officina” foi provavelmente a casa que teve em Lisboa, mas Alexandre Passos interpreta esta indicação de “segunda Officina” como um indício de que ele estava recomeçando depois que as autoridades apreenderam o primeiro lote de equipamentos que trouxera consigo. Para garantir-se contra algum tipo de sanção oficial, Isidoro assegurou a permissão do próprio bispo, que a concedeu na suposição errônea de que não era necessária uma sanção adicional no caso de um trabalho pouco substancial (“obra volante”). Apesar da natureza efêmera do assunto, Isidoro fez duas impressões

21. Taunay, *op. cit.*

diferentes, uma das quais, entre outras divergências, traz errada a data: MCCXLVII.

O único trabalho, além desse, que foi feito com certeza por Isidoro na oficina do Rio é um volume de grande formato, 80 x 70 cm, *Hoc esta Conclusiones Metaphysicae de ente Reali, Praeside R. G. M. Francisco de Faria... Flumine Januarii. Ex Secunda Typographia Antonii Isidori Da Fonseca Anno Domini MDCCXLVII. Cum Facultate Superiore*. Trata-se do resumo de tese defendida no Colégio dos Jesuítas, no Morro do Castelo, onde Faria, futuro membro da Academia dos Seletos, era professor de filosofia. Impresso em seda, o trabalho revela não apenas a habilidade do tipógrafo em cuidar de uma intrincada diagramação tipográfica, como também a variedade de corpos e famílias de tipos que trouxera de Lisboa.

Duas outras obras dizem respeito ao bispo Malheiro. Uma, *Em Applauso do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor D. Frey Antonio de Desterro Malheyro, Dignissimo Bispo desta Cidade, Romance histórico*, consiste de cinco folhas in-fólio não numeradas contendo versos em louvor ao bispo, impressas apenas no averso. Impressos de forma semelhante, em doze folhas in-fólio não numeradas, foram editados alguns epigramas latinos e um soneto em português, também em louvor ao bispo. Nenhum dos trabalhos apresenta colofão, mas há razões de sobra para supor que foram obra de Isidoro da Fonseca durante sua estada no Rio.

Tão logo a notícia da oficina de impressão chegou a Lisboa, as autoridades ordenaram ao governador que a fechasse. Existe alguma discordância entre a data e a forma de seu fechamento. Os Ipanemas referem-se a uma ordem régia de 19 de maio de 1747, ordenando que tudo (os tipos, o prelo, o papel, e o próprio Isidoro) fosse enviado de volta a Lisboa²². A história de Miranda, a *Imprensa Nacional* e o *Die ältesten brasilischen Druck*, de Clemens Brandenburger, dizem que a ordem era para queimar o prelo e derreter os tipos; estas fontes acrescentam que Lisboa enviou uma nova ordem, em 6 de julho, ao governador de Pernambuco, instando-o a impedir qualquer tentativa de impressão naquela parte da colônia. Esta ordem, segundo Wilson Martins, foi a origem da história das primeiras impressões no Recife. Por outro lado,

22. Marcello e Cybelle de Ipanema, *História da Comunicação: Notas*, Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1967.

Rubens Borba de Moraes transcreve, em seu *O Bibliófilo Aprendiz*, o texto integral de uma ordem de 6 de julho dirigida ao Rio, e não ao Recife, que determina um tratamento mais brando para o infeliz tipógrafo. Admitindo que uma “quantidade de prensas” havia ido de Portugal para o Brasil, a ordem declara que não era conveniente, no momento, a impressão na colônia. Uma vez que todas as licenças necessárias, da Inquisição e do Conselho Ultramarino (a administração colonial), tinham que ser obtidas em Portugal, todos os livros e papéis poderiam muito bem ser impressos nesse local. De qualquer maneira, isso constituía uma vantagem para os impressores, visto que, no Brasil, suas despesas eram muito maiores. O governador deveria apreender qualquer prelo existente em sua jurisdição e devolvê-lo, às expensas dos proprietários, a alguma pessoa que eles indicassem em Portugal. Esses proprietários, bem como seus operários, deveriam ser prevenidos de que, se voltassem a imprimir qualquer coisa, mesmo que tivessem licença para isso, seriam enviados de volta a Portugal a fim de serem julgados.

Assim, Isidoro retornou a Portugal. Após três anos, porém, solicitava permissão real para voltar a instalar sua oficina tipográfica no Rio ou em Salvador, prometendo jamais imprimir sem as devidas licenças civil e eclesiástica. Sua expulsão do Brasil acarretara-lhe a perda de muito dinheiro; além disso, estava encontrando grande dificuldade para estabelecer-se novamente em Lisboa. Por outro lado, suas atividades na colônia não tinham infringido nenhuma lei, nem causado inconvenientes a terceiros, e eram de grande utilidade pública “por não haver naquelas partes outra prensa”. Sua petição foi “indeferida” e esta, infelizmente, é a última notícia que temos dele.

§ II RESTRIÇÕES COLONIAIS

A ordem real de 6 de julho de 1747 tinha razão ao reconhecer que não tinha sentido, do ponto de vista econômico, tentar produzir artigos manufaturados, como livros, por exemplo, nas condições de alto custo vigentes nas colônias. Era compreensível, portanto, que, por conveniência da administração para fins de censura, toda a produção de livros e impressos ficasse restrita a Portugal. Mas não se faz menção alguma à verdadeira razão: a suposição mercantilista básica de que a

única função das colônias era fornecer matérias-primas (e consumir, em troca, uma quantidade mínima de manufaturas europeias). Dentro desse contexto, a proibição de impressão surge apenas como mais uma restrição à iniciativa econômica da colônia. Luiz Edmundo, em *Olhando para Trás*, arrola as medidas tomadas com essa finalidade ao longo de noventa anos, a partir de 1695. Começam pelo banimento das atividades particulares nas capitanias, como, por exemplo, a proibição da instalação de usinas de açúcar em Minas Gerais. A partir de 1727, aparecem restrições à construção de estradas e até mesmo à navegação pelos rios – provavelmente para impedir o desenvolvimento de qualquer comércio interno no Brasil. Finalmente, em janeiro de 1785, foram proibidas todas as manufaturas no Brasil e foi negado aos brasileiros até mesmo o direito de possuírem seus próprios navios. Um alvará de 20 de março de 1720 é particularmente interessante: proíbe as “letras impressas” em todo o Brasil, o que implica que devia haver alguém, em algum lugar, que precisava ser impedido de imprimir na colônia, naquela época.

Ao estudar a atitude dos portugueses em relação à impressão na colônia, devemos ter em mente a importância que atribuíam a seu isolamento de todas as influências externas, uma obsessão que parece ter-se agravado à medida que avançava o século XVIII (e o poder econômico do Brasil aumentava). Num sentido material, isto significava não apenas a proibição de visitantes estrangeiros (expulsos do Rio já em 1707) mas também a restrição ao acesso de navios de outras bandeiras por questões de segurança marítima. Até mesmo isso foi negado aos colonos rebeldes ingleses: uma ordem régia de 5 de julho de 1776 proibiu qualquer contato com navios norte-americanos, mesmo que fosse para salvar a vida de naufragos. Segundo parece, Pombal era o único estadista de país católico que já compreendia a ameaça que a revolução americana criara para toda potência imperialista europeia.

No dizer dos missionários metodistas americanos Kidder e Fletcher¹³,

navios de nações aliadas da mãe-pátria eram autorizados, ocasionalmente, a ancorar nos portos da imensa colônia, mas nem os

13. Daniel Parish Kidder e James Cooley Fletcher, *Brazil and the Brazilians Portrayed in Historical and Descriptive Sketches*, Filadélfia, Childs and Petersen, 1857, p. 65.

passageiros nem a tripulação podiam desembarcar a não ser sob a vigilância de soldados. [...] Para impedir qualquer possibilidade de comércio, os navios estrangeiros, quer precisassem de reparos, quer estivessem à procura de água ou de provisões, imediatamente após sua chegada eram postos sob vigilância alfandegária e o tempo de sua permanência era fixado pela autoridades. [...] Em consequência desses opressivos regulamentos, um povo rico em ouro e diamantes não tinha condições de obter os implementos essenciais à agricultura ou ao conforto doméstico. Um rico fazendeiro [...] podia não ter como oferecer a cada um de seus hóspedes uma faca à mesa. Às vezes, era necessário que um único copo [...] circulasse entre todos os comensais.

De um regime que se preocupava tão pouco com suprir as necessidades da vida cotidiana dos colonos, não se poderia esperar qualquer preocupação com suas necessidades literárias: em tais circunstâncias, dificilmente se poderia pensar que houvesse suprimento maior de livros do que de facas ou copos. Mas talvez a própria ideia de copos e facas individuais – uma inovação que surgiu na Europa em fins do século XVI – tivesse levado mais dois séculos para chegar ao Brasil rural e a falta de tais artigos se devesse mais ao desconhecimento das boas maneiras do que à inexistência de um comércio! Seja como for, podemos encarar com certa razão a proibição de prelos apenas como um aspecto da privação geral no Brasil, no plano material, social e intelectual. Em questões espirituais, a colônia portuguesa na América apresentava um triste contraste com suas vizinhas espanholas. Após a expulsão dos jesuítas, por exemplo, não havia educação superior no Brasil, e enquanto Coimbra, a única universidade em todo o império português, formou apenas 720 brasileiros entre 1775 e a Independência, somente a Universidade do México, exatamente no mesmo período, formou 7850 bacharéis e 473 doutores. A falta de educação superior na colônia obrigou os fazendeiros a mandar seus filhos para formar-se na Europa, de onde trariam novas ideias, fatais para a sobrevivência do mesmo domínio colonial português.

§ 12 A PUBLICAÇÃO EM PORTUGAL

Qualquer pequeno escrito original que surgisse no Brasil colonial deveria, forçosamente, ou ser publicado na Europa

ou permanecer na forma de manuscrito. O senhor de engenho de açúcar Gabriel Soares de Sousa escreveu um *Tratado Descritivo do Brasil*, que só conseguiu publicar, em 1547, quando voltou para Lisboa; a *Arte de Grammatica da Lingoa mais Usada na Costa do Brasil*, do jesuíta José de Anchieta, foi editada em Coimbra em 1595. Além destes, a produção literária do Brasil antes da Restauração consistiu apenas de autos – peças de teatro compostas pelos missionários para auxiliar na conversão dos indígenas, dos quais se imprimiram somente alguns poucos, que despertaram os interesses dos antiquários do século XIX – e da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador (de 1627); todas elas foram impressas apenas em 1889. Da quantidade muito maior de literatura brasileira produzida após a Restauração, as *Cartas Chilenas* (comumente atribuídas a Gonzaga), escritas em 1788 ou 1789, não foram impressas senão em 1845; a poesia de Gregório de Matos, composta entre 1660 e 1692, teve de esperar até 1904 para ser dada à luz. Mesmo algo de interesse tão local quanto uma carta pastoral de um bispo, se tivesse que merecer a honra de publicação, teria de ser enviada a Portugal: uma demora de quatro ou cinco meses para a viagem de ida e volta, além do tempo necessário ao trabalho gráfico. Uma dessas cartas, impressa em 1790 por Antônio Alvarez Ribeiro, do Porto, para Caetano Brandão, bispo do Grão-Pará, informa que foi “dada nesta cidade de Pará aos [espaço em branco] de 1783”.

E as publicações em Portugal foram impedidas por uma censura que se tornou ainda mais obtusamente restritiva após a queda do Marquês de Pombal em 1777, censura que (como já disse) podia proibir um livro tanto por não se adaptar aos cânones aceitos do gosto literário como por seu conteúdo de ideias.

Até mesmo encontrar um impressor podia não ser fácil. Na época de sua maior prosperidade, pouco antes do terremoto do Dia de Todos os Santos de 1755, Lisboa contava apenas dez tipografias (Londres, na mesma época, tinha 128: treze vezes mais, para uma população somente quatro vezes maior). E a catástrofe que destruiu Lisboa destruiu também tão grande número dessas tipografias que Pombal, em 1768, decidiu criar uma oficina tipográfica do governo, a Impressão Régia, confiscando a de Manuel Menescal da Costa, impressor do Santo Ofício, e instalou também uma fundição de tipos e, em 1769, uma escola de gravação de estampas e gravuras.

Entre as obras escritas por brasileiros e impressas em Portugal no período colonial (em sua *Biblioteca Lusitana*, de 1735-1745, Barbosa Machado apresenta uma lista de 91 autores), podemos citar diversos livros de medicina tropical, tais como o *Tratado Único das Bexigas e Sarampo*, de Simão Pinheiro Morão, publicado em Lisboa em 1683, sob o pseudônimo de Romão Mosia Reinhipo, e o *Tratado Único da Constituição Pestilencial de Pernambuco* (Lisboa, 1694), de João Ferreira da Rosa, que descreve a primeira epidemia de febre amarela na América do Sul, em novembro-dezembro de 1685; a *História da América Portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita, publicada em Lisboa, em 1730; e as obras do poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa, impressas em Coimbra, em 1768. Outros brasileiros que conseguiram publicação nessa época foram Gaspar da Madre de Deus, José de Santa Rita Durão, Domingos Caldas Barbosa, Manuel Inácio da Silva Alvarenga, e dois já mencionados: Antônio José da Silva e José Basílio da Gama (seu *O Uruguay*, de 1769, foi uma das primeiras obras da Imprensa Régia). Bem incomum é o caso de Tomás Antônio Gonzaga: nascido em Portugal, sua coleção de poemas dedicados à sua trágica amada, *Marília de Dirceo*, teve quatro edições em Lisboa, entre 1792 e 1800, uma das quais vendeu dois mil exemplares em apenas seis meses. Na verdade, podemos dizer que *Marília*, de Gonzaga, com suas 34 edições, em Portugal e no Brasil, até os meados do século XIX, foi o primeiro *best-seller* brasileiro.